



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VALÉRIO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos de iluminação (painéis led, spots, arandelas e luminárias de emergência) para atender às necessidades da nova Sede do Poder Legislativo Valerense, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Recentemente a Prefeitura Municipal contratou a reforma do Próprio Público Municipal denominado “Ulrich Justo Mielke”, com dois pavimentos, que é Sede da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico.

2.2. Conforme ajustado entre os Poderes Executivo e Legislativo Municipais, o 2º pavimento abrigará a Sede da Câmara Municipal de Vila Valério, que além da posse, também terá a sua propriedade, vez que será transferido do Poder Executivo para o Poder Legislativo, conforme preconizado na Lei Municipal nº 944, de 26 de novembro de 2021.

2.3. Ressalte-se que o Projeto Executivo previu apenas a parte estrutural do prédio, sem a observância de detalhes importantes, tais como: instalação das tomadas e dos aparelhos de ar condicionado nos locais ideais; mobiliário apropriado de acordo com os ambientes; luminárias e lâmpadas que melhor se ajustam em cada espaço de modo a propiciar uma iluminação adequada, dentre outros. Diante disso, com o intuito de melhorar as funcionalidades das instalações, conciliando-as com as necessidades dos Servidores e Vereadores, esta Casa Legislativa adotou as medidas legais cabíveis para a contratação de Projeto Arquitetônico de Interiores.

2.4. A par disso, seguindo orientação da Arquiteta contratada pela Câmara Municipal, que considerou inapropriadas as arandelas e lâmpadas incandescentes constantes da planilha orçamentária, oficiamos ao Prefeito Municipal solicitando a substituição por outras luminárias e lâmpadas previstas no aludido Projeto Arquitetônico de Interiores, o qual nos respondeu pela impossibilidade de alteração na referida planilha em decorrência de aditamentos e modificações já realizadas no Projeto Executivo original, bem como outras prováveis alterações relevantes que poderão ocorrer até a conclusão da obra e demandar custos adicionais, caso se concretizem. Desta forma, necessário se faz a aquisição dos acessórios indicados pela profissional contratada por esta Casa, que melhor atenderão cada ambiente, conforme a necessidade e as especificidades.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

3.1. As especificações e quantidades do objeto são as constantes da tabela abaixo:



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VALÉRIO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.
01	PAINEL RETANGULAR LED 15X120 Potência: 36w; cor: branco neutro (4000k); modelo: retangular de embutir ultra led; fator potência: 0,99 - super led; vida útil: 40.000 horas; voltagem: bivolt automático (110v - 220v); borda: branca; dimensões: 15cm x 120cm x 1cm; profundidade: 1,3 cm.	UN	56
02	PAINEL QUADRADO LED 6000K Potência: 24W; bivolt; temperatura de cor: 6000K; fluxo luminoso: 1720LM; eficiência luminosa: 71.7LM/W tensão: 100-240V; Vida útil: 25000 horas; fator de potência: >0.5; frequência: 50/60HZ; temperatura de operação: -20°C A 40°C; dimensões da luminária: 295X295X28MM.	UN	22
03	SPOT EMBUTIR LED QUADRADO RECUADO 4000K Especificações técnicas da lâmpada: potência: 7W; ângulo: 24º; intensidade luminosa: 1755cd; nível de proteção: IP40; base: GU10; tensão: bivolt; dimensões: spot: 100x100x35mm; nicho: 90x90x80mm lâmpada: 56x50mm.	UN	26
04	ARANDELA DE ILUMINAÇÃO EXTERNA PARA LAMPADAS LED 3000K Com dois facho com ângulos de abertura reguláveis; dimensões: 120x120x52mm; material: corpo em alumínio; cor: branca; potência: 4w; voltagem: bivolt; fluxo luminoso: 260 lumens; temperatura de cor: 3000k; vida útil: até 15.000h; led integrado; garantia: 01 ano contra defeitos de fabricação.	UN	08
05	BLOCO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA Fluxo luminoso de 1200 lumens; dois faróis de LED direcionáveis; lente com ângulo de abertura de 120º; autonomia de 2 horas utilizando os dois faróis e 4 horas utilizando somente um farol; fabricado em material anti-UV; cor: branca; tensão de alimentação: 100 a 240 Vac 50/60 Hz; consumo: 3 w.	UN	08
06	REFLETOR HOLOFOTE LED SMD Potência: 50W; material: alumínio na cor preta; cor da luz: branco quente 3000k; luminosidade: 5000 Lumens; vida	UN	03



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VALÉRIO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	útil estimada em 25.000 horas; voltagem: AC90-265V (Bivolt); frequência: 50/60 Hz; ângulo de abertura: 120°; temperatura de operação: -20°C a 50°C; economia de energia em até 80%; dimensões aproximadas - altura: 12 cm, largura: 15 cm, profundidade: 3,5 cm.		
07	SUPOORTE PARA REFLETOR DE LED Braço curvo em alumínio na cor preta, medindo 80cm de extensão.	UN	03

4. DO FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

4.1. A entrega do(s) equipamento(s) deverá ser efetuada no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento e cópia da Nota de Empenho, podendo ser prorrogável a critério da Contratante;

4.2. A empresa vencedora deverá realizar a entrega no imóvel onde será a nova Sede da Câmara Municipal de Vila Valério, localizada na Avenida Padre Francisco, nº 472, 2º Andar, Bairro Boa Vista, nesta cidade, no horário de 11h às 17h de segunda à quinta-feira e das 07h às 12h na sexta-feira, com agendamento prévio;

4.3. Deverão ser informados todos os componentes relevantes ao(s) equipamento(s) ofertado(s) com seus respectivos códigos do fabricante (modelo/fabricante), descrição e quantidades, permitindo assim a identificação clara e objetiva do(s) mesmo(s);

4.4. O(s) equipamento(s) deverá(ão) ser novo(s) e acondicionado(s) em embalagens firmes e devidamente lacradas, identificando as principais características, tais como: marca, modelo, tamanho e capacidade, permitindo a identificação de quais peças compõem cada embalagem;

4.5. O(s) equipamento(s) deverá(ão) ser entregue(s) acompanhado(s) de documento fiscal, com as mesmas condições indicadas na proposta de preço vencedora do certame, quanto à marca/fabricante, modelo, tamanho, quantidade, respeitando rigorosamente as especificações do Termo de Referência;

4.6. A entrega do(s) equipamento(s) no local indicado pela CMVIVA ficará a cargo da empresa vencedora, a quem caberá providenciar transporte e mão de obra necessários.

5. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

5.1. O Chefe do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio será responsável pelo acompanhamento da entrega do(s) equipamento(s), conforme este Termo de Referência, assim como, pelo recebimento provisório e definitivo;

5.2. O(s) equipamento(s) será(ão) recebido(s) da seguinte forma:

5.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, tendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para verificação da conformidade com as especificações e condições exigidas neste Termo;

5.2.2. O(s) equipamento(s) que estiver(em) em desacordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência, apresentar(em) vício de qualidade ou impropriedade para o uso, será(ão) recusado(s) e devolvido(s) parcial ou totalmente, conforme o caso, ficando a Contratada obrigada a



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VALÉRIO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

substituí-lo(s) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação escrita, sem ônus para a CMVIVA, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução;

5.2.3. Será recusado equipamento deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação;

5.2.4. O servidor responsável poderá solicitar a substituição de um produto por outro em caso de defeito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento daquele que foi devolvido, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil;

5.2.5. O recebimento provisório do(s) equipamento(s) não implica a aceitação do(s) mesmo(s);

5.2.6. DEFINITIVAMENTE, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade com as especificações e demais exigências estabelecidas neste Termo, atestando no documento de entrega, o recebimento em condições satisfatórias, em termos de quantidade e qualidade, conforme o inciso II, alínea b, do art. 73 da Lei nº 8.666/1993;

5.2.7. O recebimento definitivo do(s) equipamento(s) não exclui a responsabilidade da Contratada pela execução do Contrato e pelo perfeito estado do(s) equipamento(s) fornecido(s), cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua utilização;

5.3. Se a Contratada se recusar a substituir o(s) equipamento(s) reprovado(s) nos testes, também será considerado descumprimento contratual, sujeitando-se esta, à aplicação da penalidade prevista no item 11.1- b deste Termo de Referência.

6. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. Entregar o(s) equipamento(s) de acordo com as condições e prazos propostos neste Termo de Referência;

6.2. Providenciar a imediata correção de algum tipo de irregularidade verificada ou de avaria/defeito apontados pela fiscalização;

6.3. Transportar até a sede da CMVIVA o(s) equipamento(s) adquirido(s), disponibilizando mão de obra necessária para sua entrega;

6.4. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a todas as reclamações;

6.5. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados pela Contratada;

6.6. Custear o frete relativo a devolução do(s) equipamentos defeituoso(s) dentro do prazo de garantia;

6.7. Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei nº 8.666/1993;

6.8. Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta da contratação, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade;



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VALÉRIO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6.9. Apresentar Nota Fiscal contendo a discriminação exata e os respectivos quantitativos dos equipamentos com os valores contratados;

6.10. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à contratante;

6.11. Não subcontratar ou transferir a terceiros, nem mesmo parcialmente, a execução do presente objeto, sem prévio consentimento por escrito da Contratante.

7. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao(s) objeto(s) deste Termo de Referência, para que a Contratada possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;

7.2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada no prazo estipulado;

7.3. Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;

7.4. Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;

7.5. Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas no fornecimento do(s) equipamento(s) e na prestação dos serviços;

7.6. Notificar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento do (s) equipamento (s), para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias;

7.7. Notificar a Contratada, por escrito, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em parcela única após o recebimento definitivo do (s) equipamento (s), mediante o fornecimento de NOTA FISCAL ELETRÔNICA, juntamente com os documentos de regularidade fiscal exigidos pelo art. 29 da Lei nº 8.666/1993. Referidos documentos, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de 20 (vinte) dias corridos após a respectiva apresentação;

8.1.1. Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{0,33}{100} \times ND$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira,

VF = Valor da Nota Fiscal,

ND = Número de dias em atraso;

8.2. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais será solicitado à Contratada a imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VALÉRIO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

regularização;

8.3. A NOTA FISCAL ELETRÔNICA deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados na proposta orçamentária e acolhidos nos documentos de habilitação;

8.4. A CMVIVA poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela Contratada, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

8.5. Para a efetivação do pagamento, a Contratada deverá manter as mesmas condições previstas no que concerne à proposta de preços e à habilitação;

8.6. O pagamento será efetuado através de transferência bancária para a conta corrente da Contratada, ficando esta responsável por avisar qualquer alteração das informações bancárias.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

100100.0103100022.001 – Manutenção da Câmara Municipal

33903000000 – Material de Consumo – Ficha 07

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O objeto desta contratação será fiscalizado pelo Chefe do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio da Câmara Municipal. O fiscal deverá realizar os testes necessários nos equipamentos para, em sequência, realizar o aceite definitivo;

10.2. Ao servidor responsável pela fiscalização, devidamente indicados por sua chefia imediata, compete:

a) exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

b) solicitar à Contratada a substituição, no prazo de 10 (dez) dias úteis, do objeto que apresente defeito insanável durante seu uso, na vigência do prazo de garantia;

c) anotar em registro próprio, comunicando ao preposto da Contratada as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

10.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior da CMVIVA, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993;

10.4. Exigências da fiscalização, respaldadas na legislação aplicável e no Termo de Referência deverão ser imediatamente atendidas pela Contratada;

10.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VALÉRIO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Contratada ensinará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente;

10.6. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da CMVIVA e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por qualquer irregularidade.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A Contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a entrega do objeto contratado, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 7ª da Lei nº 10.520/2002 e nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a saber:

a) ADVERTÊNCIA, nos casos de pequenos descumprimentos do Termo de Referência, que não gerem prejuízo para a CMVIVA;

b) Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitado a 10% (dez por cento), incidente sobre o valor não atendido da Autorização de Fornecimento, nos casos de descumprimento do prazo para a entrega dos equipamentos, que será calculada pela fórmula $M = 0,0033 \times C \times D$. Tendo como correspondente: M = valor da multa, C = valor da obrigação e D = número de dias em atraso;

b.1) Após 30 (trinta) dias de atraso na entrega do(s) produto(s), a CMVIVA poderá considerar inexecução total do objeto;

b.2) Em caso de inexecução total do objeto aplicar-se-á multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação;

b.3) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

b.4) Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada a CMVIVA, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

b.6) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens “c”, “d” e “e” abaixo:

c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR e impedimento de contratar com a CMVIVA por um período de até 2 (dois) anos, nos casos de recusa quanto a assinatura do instrumento contratual, fornecimento de produtos ou prestação dos serviços;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos do certame ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa;

11.2. Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/1993;

11.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela CMVIVA após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VALÉRIO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

11.4. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

11.5. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/1993;

11.6. A aplicação da sanção declaração de inidoneidade compete exclusivamente ao Presidente da CMVIVA, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

12. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

A elaboração deste Termo de Referência competiu ao Departamento de Almoxarifado e Patrimônio.

Câmara Municipal de Vila Valério-ES, em 24 de outubro de 2022.

GILIARDI THOMAZ

Chefe do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio